

informe ASUNIRIO

Associação dos Trabalhadores em Educação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Fundada em 10 de dezembro de 1985

Rio de Janeiro, 8 de julho de 2013 - Ano 15 - nº 172 * Distribuição Gratuita * Criado em 25 de dezembro de 1998

FASUBRA pede paralisação para o dia 11 de julho

Nas últimas semanas a conjuntura política do país sofreu uma brusca mudança. A luta do movimento estudantil popular, em especial do MPL (Movimento Passe Livre-SP) contra o aumento das tarifas do transporte, em São Paulo, em várias capitais e outras cidades por todo o país, foi o estopim que desencadeou uma grande mobilização com pauta de reivindicações diversa/difusa e uma presença nas ruas majoritariamente composta por jovens indignados.

As históricas manifestações, que levaram milhões de pessoas às ruas enfrentaram uma covarde e duríssima repressão dos aparatos de segurança pública, entre elas a polícia militar e a força nacional, o que moveu o país e o mundo. Mas em vez de recuar, elas cresceram ainda mais, culminando numa importante vitória política que obrigou as prefeituras de mais de 10 grandes cidades no país a reduzirem o preço das tarifas. Algo marcante na história da luta de classes brasileira. Nem mesmo a seleção brasileira conseguiu desviar as atenções, e a copa das confederações se tornou um acontecimento secundário no país.

Mesmo após a redução das tarifas, as manifestações ganharam novas pautas, que questionavam os governos e os políticos e ampliaram as mobilizações, inclusive com métodos radicais de ação direta. A própria Copa do Mundo sofreu questionamento pela população que estava nas ruas e manifestava seu repúdio a várias ações dos governos e dos parlamentares. Frases como “Tem dinheiro para a COPA, mas não tem para educação”, “Repúdio a Feliciano e seu projeto de ‘Cura Gay’”, “Contra os senadores Sarney e Renan”, e “pelo fim dos privilégios de políticos”, foram as palavras de ordem que faziam parte das bandeiras de lutas que estavam sendo levantadas. A insatisfação da população pelo não atendimento a uma série de demandas populares se transformou em uma ferida exposta para os governos federal, estaduais e municipais.

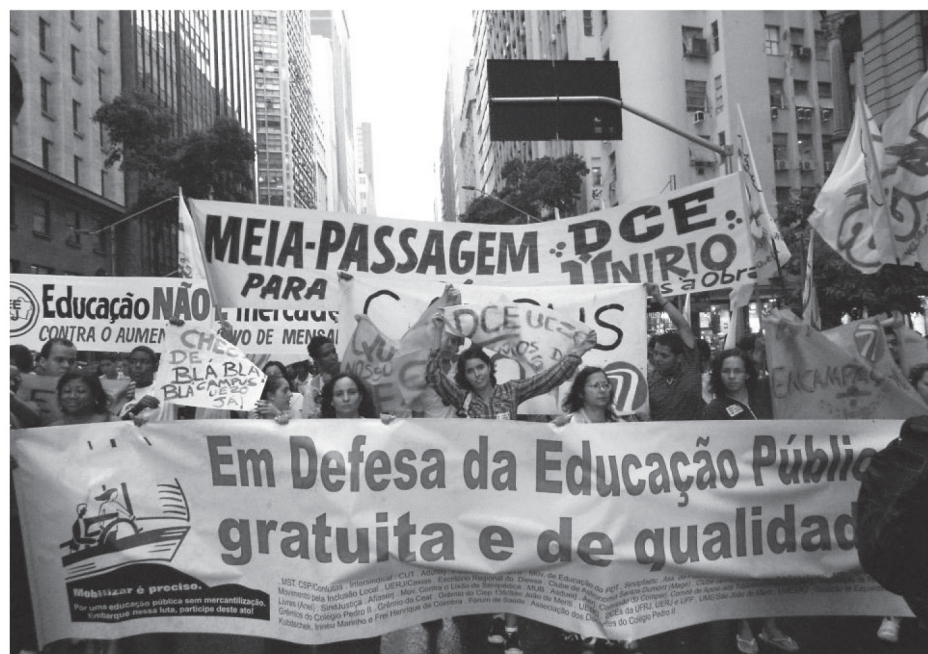
As manifestações que reuniram grandes massas trazem consigo uma diversidade

de bandeiras, porém não se mostram parte de uma pauta organizada, denotando um movimento espontâneo que passa a ser disputado neste cenário. Setores da direita clássica do país, governos, prefeituras e a grande mídia que inicialmente repudiaram as manifestações, chamando a todos de “VANDALOS e BADERNEIROS”, foram obrigados a se realocar e passaram a disputar politicamente as milhares de pessoas que estavam nas ruas.

A juventude nas ruas atraiu trabalhadores e sindicatos que veem o momento histórico e estão se inserindo com mais força. É fundamental que a classe trabalhadora se manifeste de forma organizada nesta luta, afinal a quase totalidade das pautas das ruas, são também do movimento sindical. Para tanto, é necessário construir paralisações, discutir as lutas unificadas, para levarmos ao êxito estas demandas que são de todos os jovens e trabalhadores.

Grupos de ultra direita se apoiaram no sentimento de rechaçar os políticos presentes nas massas, para agredir fisicamente as organizações sociais, sindicais e partidárias de esquerda, presentes nas manifestações. A queima de bandeiras de partidos e de centrais não pode ser vista como algo simples ou isolado, assumindo uma gravidade tal que podemos prever que o segundo passo poderá ser a queima de livros e a execração pública de nossas lideranças, como já temos registrado na história.

Por força dos acontecimentos políticos, a presidente Dilma foi obrigada a fazer pronunciamentos à Nação na sexta-feira, 21/06 e na segunda-feira, dia 24/06, expressando sua vontade mínima de atender a alguns pontos da pauta necessária para o Brasil, onde ficou estabelecida a indicação de que o movimento e suas lideranças, as organizações sociais e sindicais serão recebidas pelo governo da Presidenta Dilma no dia 27/06 (quinta-feira) às 9h, para a discussão de suas demandas. Porém nenhuma proposta resolvera as demandas reclamadas das ruas. Se Dilma mantiver a política fiscal nada muda; investir na saúde sem explicitar



que é para o setor público também é manobra. Outro método para desmontar as lutas tem sido escolher possíveis lideranças para reunir e a imprensa divulgar que tem negociação. As votações no congresso sobre a PEC 37 é uma vitória das lutas.

Por isso as lutas devem seguir nas ruas com suas pautas firmes. Por isso. Todo empenho do governo é para tirar o movimento das ruas e acabar a pressão sobre os políti-

cos.

Não há dúvida que tanto os governos, municipais, estaduais e principalmente o governo federal, sem esquecer o Congresso Nacional, têm culpa no processo de explosão social que estamos vivendo no país. Infelizmente as demandas mais sentidas dos trabalhadores e da juventude não foram atendidas nesses últimos dez anos.

Continua na página 4



Nelson M. Soeiro-Contador
CRC/RJ - 026343/O-0

Aos três dias do mês de julho do ano de dois mil e treze, às doze horas e trinta minutos em segunda e última convocação, os trabalhadores reuniram-se em Assembleia Geral Extraordinária, no Pátio da Reitoria da UNIRIO, Avenida Pasteur nº 296, Urca, RJ, os Trabalhadores Técnico-Administrativos em Educação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO e deliberaram os seguintes encaminhamentos: **1. Acatar a orientação de paralisação no dia 11/07 em conjunto com as entidades nacionais, participando inclusive de atos no dia do evento; 2. Que os representantes da ASUNIRIO, eleitos pela Chapa PSLivre para participar da Plenária Nacional da FASUBRA, em Brasília, nos dias 05 e 06 de julho, sejam Oscar Gomes da Silva e Celio de Gois Serafim; 3. Participação no IV Seminário dos motoristas na Universidade Federal Rural do Estado do Rio de Janeiro, estando no ato, representada pelo Motorista Amauri Thiago de Oliveira; 4. Aprovação do evento do dia 30/11/13, referente a confraternização da ASUNIRIO e tendo sido aprovado o Site dos Netinhos; 5. Participação da ASUNIRIO no Seminário de Raça e Etnia, a ser realizado na primeira quinzena de agosto; 6. Sugerir a FASUBRA uma mobilização nacional solicitando: O arquivamento da PL 92; Por reposicionamento salarial; Anulação da reforma da previdência; Defesa do Direito de greve; Negociação coletiva; Mais verba para a educação e saúde; Uma lei específica contra o assédio moral; Arquivamento da lei 12.550, referente a EBSEH; Pagamento das ações judiciais; Retorno do 26,05%.**

**O conteúdo deste informativo é
responsabilidade da Diretoria
Executiva da ASUNIRIO.
Filiada a FASUBRA Sindical**

Continuação da matéria de capa

FASUBRA avalia conjuntura e convoca plenária

A política econômica que prioriza o pagamento da dívida pública em benefício dos interesses do setor financeiro, a isenção de impostos e benefícios, que fortalece a iniciativa privada e os escândalos sucessivos de corrupção em todas as esferas do poder tem gerado um processo de indignação geral na sociedade e impedido a realização de mudanças que atendam à pauta dos trabalhadores.

A multidão que está nas ruas quer mudanças concretas que, na maioria das vezes, são contrárias aos interesses da elite dominante desse país. Mais investimentos na saúde, educação e transporte público, com diminuição das tarifas, está nas palavras de ordem e cartazes levantados. O governo federal e a ampla maioria dos parlamentares têm muita agilidade e disposição política quando é para atender aos interesses de empreiteiras, bancos, indústrias e do agronegócio. Mas quando se trata de atender as demandas dos trabalhadores não há respostas concretas. Uma mudança radical na política econômica implementada é fundamental para que sejam atendidas as demandas populares, pois, caso contrário, as manifestações tenderão a crescer com a possibilidade agora de a classe trabalhadora organizada e seus sindicatos entrarem em cena com seus métodos de luta, incluindo greves e paralisações.

Não é possível prever ainda como se darão os novos desdobramentos desse processo de mobilização popular, se terá fôlego por muito tempo ou se será contido. Mas o certo é que existe uma disposição de luta por parte da população brasileira muito superior ao que se viu nos últimos anos.

Inspirados na força da população, também os trabalhadores de distintas categorias podem entrar de forma mais organizada em cena para reivindicar suas demandas específicas, bem como apresentar pautas mais gerais. E o papel das direções sindicais nesse momento é de apostar e incentivar tal processo, a exemplo de setores do funcionalismo público, inclusive, federal, como é o caso do DNIT, que já se encontra em greve.

Neste contexto, as Centrais Sindicais, convocam uma **paralisação nacional, marcada para o dia 11 de julho**, com apresentação da pauta dos trabalhadores deste país. Esta data também foi aprovada na reunião do fórum dos servidores federais.

Assim, a FASUBRA orienta as suas entidades de base a realizar assembleias durante esta semana.

A intensificação das mobilizações de forma organizada dos TAEs, nesse momento, é fundamental para que fortaleçamos a luta social e possamos exigir do governo federal o atendimento à pauta da FASUBRA e do conjunto dos SPFs.

Devemos participar nas manifestações de rua, levantar bem alto a bandeira de luta contra a EBSEH, contra a Terceirização, contra o FUNPRESP, pela democratização nas IFES, pelo arquivamento imediato do PLP 92/2007, pelo atendimento de nossas demandas que estão em discussão nos GTs (cumprimento do acordo de greve), pelo financiamento pleno da educação – 10% do PIB; pelo financiamento pleno da saúde, pela anulação da reforma da previdência, contra o projeto da cura gay, pela regulamentação das Convenções 151 e 158 da OIT. Participar das manifestações marcadas, a partir dessa semana e construir o dia nacional de paralisação, 11 de julho, se integrando às atividades orientadas pelas centrais em cada estado.

Carta dos TAEs ao MEC, MPOG e Secretaria Geral da Presidência

Esta é a carta que está sendo produzida em Brasília, durante as reuniões da Fasubra. Ela ainda não foi finalizada, mas seu conteúdo já reflete os anseios e a direção por onde a categoria vai seguir sua luta.

“Nas últimas semanas temos visto um protagonismo ímpar do povo brasileiro em ações de rua, que conseguiram se impor frente à manipulação dos meios de comunicação e ao aparato repressor do Estado, que sempre buscou criminalizar os movimentos sociais. É a indignação do povo que é excluído de condições dignas de vida, que é sobretaxado em impostos, enquanto as políticas públicas são de isenções apenas para os empresários, sem que isso se traduza em qualquer ganho para a população. Enquanto o país sangra com os juros e encargos da dívida, e gasta fortunas nas obras da copa, o povo sofre com a falta de políticas públicas de saúde, educação, moradia, mobilidade e segurança, e nossa categoria apoia e se soma a esses protestos, mantendo sua posição histórica, em defesa de serviços públicos, gratuitos, de qualidade e socialmente referenciados.

Nós, trabalhadores do Serviço Público Federal, em especial os Técnico-Administrativos em Educação (TAEs), compartilhamos dessa corrente de insatisfação que tomou o país em uma série de megamanifestações, e temos muito a exigir do governo, pois somos uma categoria muito importante para a construção e expansão das universidades garantindo o ensino, a pesquisa e extensão contribuindo imensamente para a produção do conhecimento nesse país.

Contraditoriamente, somos o pior piso e pior teto salarial do funcionalismo público, estamos vendo o avanço da inflação atingindo índices superiores ao previsto em período anterior, corroendo nossos salários e valores de benefícios, e todos os prazos para a finalização dos GTs estão vencidos e as perspectivas dos debates feitos com o governo até agora, não tem nos dado a possibilidade de vislumbrar avanços.

O clamor das ruas por saúde e educação parece não se fazer ouvir nas esferas de governo, mas a indignação continua presente na maioria da população. No tocante à demanda por educação, nossa categoria não é sequer citada no PNE – Plano Nacional de Educação nem na versão proposta pelo governo e muito menos no projeto que tramita no congresso nacional. No senado houve uma alteração grave de redação onde os recursos públicos investidos em Educação Pública, gratuita e de Qualidade passam a ser investidos em “Educação” o que favorecerá o financiamento da Educação Privada, além do fato de que os royalties do petróleo não responderem no curto e médio prazos à necessidade de 10% do PIB para a educação, e da necessidade desses recursos serem investidos no ensino público, pois educação não é mercadoria.

Além disso, estamos sendo brutalmente atingidos pela implementação da EBSEH, que além de não ser uma alternativa para resolver a crise dos HU’s, em médio longo prazo, os TAEs irão desaparecer enquanto categoria que atua nos hospitais universitários, pois serão substituídos por trabalhador sem estabilidade (CLT) e pelas terceirizações, precarizando o atendimento e intensificando o espaço privado da saúde como modelo de atendimento nessas instituições, a exemplo do que ocorre no HCPA. E o PL 92/07, em tramitação no congresso, pode expor o conjunto do serviço público a esse modelo de privatização, na contramão dos anseios da população.

É por tudo isso e muito mais, que a insatisfação que está nas ruas é apoiada por toda nossa categoria, pelos sindicatos de base e pela nossa federação (FASUBRA). Está Chegando a hora dos Técnico-Administrativos de todas as IFES, também participarem ativamente desse processo de mobilização social de forma organizada. No dia 11 de julho faremos **um dia nacional de paralisação** em todo país, em conjunto com as demais entidades do serviço público federal e as centrais sindicais.

Todas as universidades federais vão parar suas atividades no dia 11/07, para protestar com objetivos claros, que tem haver com temas mais gerais e com demandas específicas de nossa categoria que são de grave urgência. Acreditamos que o atendimento da nossa pauta é a certeza de fortalecer o serviço público federal, valorizar os trabalhadores técnico-administrativos, qualificar a produção do conhecimento e a democratização do ensino superior no Brasil, sendo, portanto, pautas progressivas e importantíssimas para os trabalhadores brasileiros que, se atendidas estarão, em nossa opinião, ajudando a mudar o país para melhor.

Esperamos ser recebidos em brevíssimo tempo pelo governo federal para discutirmos a nossa pauta:

Geral - Data-base em 1º de maio; política salarial permanente com reposição inflacionária, valorização do salário base e incorporação das gratificações; cumprimento por parte do governo dos acordos e protocolo de intenções firmados; contra qualquer reforma que retire direitos dos trabalhadores; retirada dos projetos de lei, medidas provisórias e decretos contrários aos interesses dos trabalhadores do serviço público – supressão do Artigo 78 da LDO, que define o prazo de 31/08 para encaminhar projetos de lei que reestruturam carreiras e concedem qualquer tipo de reajuste aos trabalhadores; e paridade entre ativos, aposentados e pensionistas.

Específica - 10% DO PIB PARA EDUCAÇÃO PÚBLICA JÁ; Revogação da Lei da EBSEH; Resultados concretos com ganhos para a categoria em todos os GTs do acordo de greve, correção da inflação e antecipação das parcelas do acordo de greve, redução da jornada de trabalho para 30h sem redução salarial, política de capacitação e de qualificação dos trabalhadores, isonomia total entre ativos e aposentados.”

UNIRIO dispensa mais de 80 “extraquadros”

Contratos irregulares não geram direitos e inconstitucionalidade da EBSEH

Por Carlos Boechat - Assessor Jurídico da ASUNIRIO

No dia 06 de junho passado, convidado pela ASUNIRIO, o seu Assessor Jurídico esteve em reunião com diretores dessa Entidade e trabalhadores do Hospital Universitário Gaffrêe e Guinle (HUGG), da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO).

Essa reunião foi convocada tendo em vista a dispensa de 80 trabalhadores da área de saúde do Hospital e havia a expectativa de que o Advogado da ASUNIRIO, entidade representativa e de defesa dos servidores não docentes da UNIRIO, pudesse informar os direitos que esses trabalhadores teriam a receber em decorrência das demissões.

No mesmo dia 06 de junho a UNIRIO emitiu nota de “esclarecimento” sobre essas dispensas, que poderá ser lida no endereço: (www.unirio.br/Conteudo/Noticias/Detalhes.aspx?id=d6Psa/u3TZo).

O advogado antes mesmo de ouvir todas as justas lamurias desses trabalhadores, chamados pela Reitoria da UNIRIO de “extraquadro”, esclareceu que essas contratações como “bolsista” não observava o que determina a legislação nacional, em especial a Constituição Federal. Portanto, são contratações ilegais e inconstitucionais e que por serem atos irregulares da Administração Pública não geram direitos.

Desde os anos 90 do século passado, os reitores e diretores de Hospitais Universitários de todo o país (são ao todo 45 HU's) vem contratando trabalhadores da área de saúde de forma irregular. Na falta de abertura de concurso público para o preenchimento das vagas decorrentes de aposentadorias e outros motivos, inclusive ausência de criação de novos cargos para suprir o aumento da demanda de novos leitos, foram utilizados expedientes ilegais para a contratação de trabalhadores, tais como bolsistas, prestadores de serviços, cooperativas, fundações, etc.

Sabe-se que nos termos do artigo 37 da Constituição Federal de 1988 o acesso a cargo ou emprego público só é alcançado através de concurso público. Portanto não há outra forma de provimento para ocupação de cargo ou emprego público, que não seja através de observação de todos os procedimentos legais que envolvem a abertura de concurso público para preenchimento de vaga. Há exceções para a contratação por meio de contrato temporário, que como mesmo o nome diz possui tempo pré-fixado por lei para a sua vigência, porém, invariavelmente, acontece dos administradores de hospitais universitários não cumprirem com os prazos legais, tornando também essas forma de contratação ilegal.

Ocorre que esses trabalhadores, hipossuficientes em relação aos comandos da Administração Pública, têm sido levados a acreditar que as suas contratações, ainda que do ponto de vista jurídico irregulares poderão gerar direitos. O hipossuficiente, neste caso, é aquele que não possui recursos suficientes para se prover e aceita qualquer condição de trabalho para obter os recursos necessários para a sua sobrevivência e de sua família. Assim, submetem-se ao comando do Administrador em troca de salário mensal, com a falsa perspectiva de que terão algum vínculo jurídico com a Instituição Pública e se rompida a relação fraudulenta algum direito será gerado, tais como aviso prévio, fundo de garantia, auxílio desemprego, etc.

Pois bem, nessa reunião com os “extraquadros”, contratados pela Reitoria da UNIRIO e ou Direção do HUGG sob a farsa de “bolsista”, esses trabalhadores ficaram chocados ao serem informados pelo advogado de que não terão qualquer direito a receber da Administração. Que não há direito algum a ser postulado na Justiça, nem do trabalho e nem na Federal. E que poderiam no máximo tentarem demandar na Justiça Federal ação com pedido de indenização pelos danos morais causados, vez que na condição de hipossuficientes foram induzidos a erro pela Administração Pública Federal, que em nome do interesse público deve zelar pelos princípios da legalidade e moralidade.

Para finalizar, cabe lembrar que em 2006 o TCU julgou processo administrativo relativo a essas contratações ilegais dos hospitais universitários, que resultou no Acórdão 1.520/2006 que determinou ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MPOG a realização concursos públicos, no prazo de quatro anos, para preencher as vagas existentes em todos os 45 HU's, de forma a não haver mais desculpas para contratações ilegais. O Governo Federal ao invés de tomar medidas concretas e efetivas para cumprimento da decisão do TCU, resolveu criar a EBSEH.

Daí em diante já é uma outra história de ilegalidades, tanto é que em janeiro de 2013 foi proposta, pelo Procurador Geral da República, Roberto Gurgel, a ADI nº 4895, requerendo a declaração de inconstitucionalidade da Lei nº 12.550/2011, que autorizou a criação da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - EBSEH. Na petição inicial, o Ministério Público demonstra que a Lei nº 12.550/2011 fere diversos dispositivos da Constituição da República, *in casu*, os artigos 37, *caput*, II e XIX; 39; 173, §1º; 198 e 207.

Ficha limpa também para servidores públicos

O Senado aprovou no último dia 2 de julho proposta de emenda à Constituição (PEC) que estende aos funcionários públicos as regras da Lei da Ficha Limpa. Conhecida como PEC da Ficha Limpa no Serviço Público, a proposta impede que tomem posse em qualquer cargo da administração direta e indireta do Executivo federal, estadual e municipal, pessoas que tenham sido condenadas por órgão colegiado judicial ou com sentença transitada em julgado pelos crimes previstos na Lei da Ficha Limpa nos últimos oito anos.

O relator da matéria, senador Eunício Oliveira (PMDB-CE), apresentou substitutivo que uniu em única proposta as PECs 6/2011 e 30/2010. Assim, as sanções da Lei da Ficha Limpa impedirão que assumam cargo público efetivo ou comissionado todos os brasileiros que estejam em situação de inelegibilidade.

Da forma como foi aprovado o texto, poderão ser demitidos os servidores que vierem a ser condenados pelos crimes previstos na Lei da Ficha Limpa por decisão transitada em julgado ou sentença proferida por órgão judicial colegiado a partir da promulgação da PEC.

Com receio de que a nova lei ficasse excessivamente rigorosa, os senadores retiraram do relatório aprovado o trecho que incluía as condenações por crimes dolosos como fator de impedimento para que a pessoa assumisse cargo público. O relator, que concordou com a retirada dessa parte do seu substitutivo, esclareceu que “o fundamento da lei é preservar o dinheiro público”, não punir os servidores em qualquer situação.

A Lei da Ficha Limpa prevê como casos de inelegibilidade, além dos crimes eleitorais cuja pena seja a privação de liberdade, os crimes contra a economia popular, a fé pública, a administração pública, o patrimônio público e privado, o meio ambiente, e contra a vida e a dignidade sexual, entre outros.

Para aprovação da PEC, foi feito acordo com todos os líderes partidários para quebra dos interstícios previstos em lei para votação de emendas constitucionais. Com isso, a proposta foi aprovada nos dois turnos no Senado e seguiu para a Câmara dos Deputados. Se receber alterações, ela retornará para última análise dos senadores.

O que você melhoraria no seu trabalho?

O Serviço Social/DLB/DRH deu início às atividades do Projeto “Trabalhador em Foco” que objetiva estimular a reflexão acerca das questões que afetam diretamente os trabalhadores na execução de suas atividades e na forma como veem e sentem o seu trabalho, relacionando-as aos seus determinantes econômicos, políticos e sociais.

A proposta tem por premissa romper com abordagens pontuais e individualizantes sobre os problemas ocorridos no trabalho, entendendo-os como manifestações particulares de problemas maiores e estruturais. Em busca da valorização e do investimento no trabalhador, o intuito é incentivá-los a identificarem os fatores nas condições, na organização e nas relações de trabalho que mais atrapalham a execução das atividades e que incidem na satisfação com seu trabalho. Sendo assim, independente do cargo que ocupem, poderão contribuir para a construção de ferramentas de melhorias que atinjam diretamente estas questões.

Para tanto, o Serviço Social, através do apoio de professores e alunos da Escola de Teatro da UNIRIO, realizará ações espontâneas com caráter lúdico e pedagógico, abordando temas intimamente ligados ao cotidiano do trabalho, durante determinado período, nos diversos ambientes de trabalho do campus da Reitoria.

Há duas semanas iniciou visitas aos ambientes de trabalho do campus Reitoria para perguntar aos trabalhadores de forma lúdica o que melhoraria o seu trabalho. A proposta é que todos os setores sejam visitados, inclusive dos outros campus da Universidade. Nesse sentido, contamos com a participação de todos!